

O movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos 1970: um engajamento no “Novo Sindicalismo”*

Wellington de Oliveira**

Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Diamantina, M.G.).

• **Resumo:** Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 80, tornou-se significativo estudar o comportamento do movimento sindical dentro deste contexto. A minha preocupação específica recai sobre o movimento dos trabalhadores da educação de Minas Gerais, justificando-a em virtude da minha atuação profissional e sindical no referido movimento.

O movimento citado teve uma relevância durante o final dos anos 1970, quando se insere no contexto do chamado “Novo Sindicalismo”. Diante dessas observações e, no decorrer dos anos pude, também, constatar que o movimento, no que diz respeito ao discurso empregado para motivar o conjunto dos trabalhadores afim de que possam engajar nas lutas, aparentemente permanece o mesmo, assim como as estratégias.

Palavras chave: Sindicalismo docente, novo sindicalismo, mundo do trabalho e movimentos grevistas.

El movimiento docente de Minas Gerais, Brasil, en finales de 1970: un compromiso en el contexto del “Nuevo Sindicalismo”

• **Resumen:** A partir de los cambios ocurridos en el mundo del trabajo, principalmente desde los años 80, llegó a ser significativo estudiar el comportamiento del movimiento sindical. Mi preocupación específica se centra en el movimiento de los trabajadores de la educación de Minas Gerais, en virtud de mi desempeño profesional y sindical en el proceso relacionado.

El movimiento citado tuvo importancia a finales de años 1970, cuando se ubica en el contexto del llamado “Nuevo Sindicalismo”. Durante estas observaciones y en el transcurso de los años se observa que el movimiento, respecto al discurso usado para motivar el conjunto de los trabajadores,

* Este artigo tem como base a investigação realizada durante a elaboração da tese de doutoramento denominada “A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE”, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) no dia 07 de junho de 2009. A orientação da tese foi do Prof.Dr. Rogério Cunha Campos.

** Doutor em Educação. Correio eletrônico: wellington.oliveira@ufvjm.edu.br

aparentemente no cambia.

Palabras clave: sindicalismo docente, nuevo sindicalismo, el trabajo y los movimientos de huelga.

The teacher movement of Minas Gerais, Brazil in late 1970: an engagement in the “New Unionism”.

• **Abstract:** *Ahead of the occurred changes in the world of the work, mainly from years 80, became significant to inside study the behavior of the union movement. My specific concern falls again on the movement of the workers of the education of Minas Gerais, justifying it in virtue of my professional and unionist performance in the related movement.*

The movement had an important during the end of years 1970, when “New Unionism”. Ahead of these comments and, in elapsing of the years I could, also, to evidence that the movement, in that it says respect to the used speech to motivate the set of the workers similar of whom they can engage in the fights, apparently it remains the same, as well as the strategies.

Keywords: Teacher unionism, new unionism, labor movements and strikes.

-Introdução. -E os operários vão à greve. –Considerações finais. -Lista de referência.

Primera versión recibida agosto 27 de 2009; versión final aceptada enero 29 de 2010 (Eds.)

Introdução

O contexto sócio-político brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 do século XX se encontrava em ebulição. As contradições decorrentes da ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 estão se acirrando e paulatinamente segmentos da sociedade civil brasileira começam a levar suas inquietudes para as ruas, ou seja, os referidos segmentos da sociedade civil¹ começam a contestar, desde a partir de seus locais de residência até mesmo pelos locais de trabalho.

A ditadura de 64 movimentou efetivamente a sociedade. Desenvolveu sua economia, modificando o estágio das forças produtivas, a ocupação do território e a distribuição espacial da população. Diferenciou-a em termos estruturais e funcionais, com o que impulsionou a reorganização

¹ C.F. Norberto Bobbio: “... a sociedade civil que Gramsci tem em mente, quando se refere a Hegel, não é a do momento inicial, no qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas a do momento final em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado”. BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 36.

dos interesses e o associativismo. Deformou-a socialmente, aumentando a miséria, interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão. (Nogueira, 2005, p.19)

A citação acima aponta como a formatação da sociedade civil brasileira no contexto da ditadura sofreu uma reorganização. Isto não significa que havia uma paralisia total na sociedade anterior a esse período que abrangia o momento histórico da Ditadura Militar. Segundo Filgueiras (1986), as atividades de organização dos trabalhadores tomaram formas diferenciadas no período anterior à segunda metade dos anos de 1970. A autora pôde constatar isto quando da sua pesquisa sobre “*A experiência das mulheres do Bairro Industrial*”², região da Grande Belo Horizonte. Ao fazer a pesquisa ela pôde constatar o seguinte:

As atividades dos trabalhadores na região estiveram mergulhadas em experiências pequenas e localizadas, sob intensa vigilância, discussões em grupos de seções de fábricas, trocas de informações, luta cotidiana nos postos de trabalho, resistência à hora extra. (Filgueiras, 1986, p. 196)

Assim sendo, os operários dessa importante região industrial da Grande Belo Horizonte se mobilizam. Filgueiras destaca, também, a atuação da JOC³ na constituição de um espaço de formação de lideranças que atuaram tanto no chão da fábrica como nas atividades reivindicatórias do bairro:

Não foi, portanto de repente que o movimento popular reapareceu no período pós-1976. Mas foi nesse momento em que estavam dadas as condições para que os trabalhos que já vinham ocorrendo em pequena escala viessem à tona e para que as organizações nascessem. As péssimas condições de vida e a exploração do trabalho haviam atingido também um estágio insustentável, vale lembrar que entre 1970 a 1980 a população de Contagem aumentara em 154,4%, com uma taxa anual de 9,69%⁴ (Filgueiras, 1986, p. 200).

Apontando na mesma direção, agora falando sobre a formação da *Oposição Operária* em São Paulo que se cria no decorrer da década de 1970, Hamilton Faria afirma a importância desses “*pequenos movimentos*” às vezes tratados como insignificantes por aqueles que estudam o movimento operário, tornou-se importante fator para a formação das oposições operárias em São Paulo. Ele vai denominar o período que vai dos finais dos anos 1960, mais

² Sobre o clima de mobilização existente na região é elucidativo o relato a seguir: “*O movimento operário está começando a caminhar ao nível das massas, diz o Caxinguelê, o pessoal está acordando. Depois do movimento da reposição salarial e o abaixo assinado contra o desconto assistencial acho que está na hora de continuar firme e temos condições de lançar uma chapa para as eleições de agosto. Ganhar a diretoria do sindicato vai ser difícil, pensa o Curriango, mas uma campanha bem feita pode dar um impulso bom na luta. A conjuntura política nos é favorável!*”. (Hernandez, I. *Memória Operária*. Belo Horizonte : Vega, 1979, p. 134)

³ JOC – Juventude Operária Católica

⁴ Estes dados foram conhecidos pela autora no Informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 1984.

especificamente 1968 (ano das greves em Osasco (SP) e Contagem (MG) até 1978 (A quebra do silêncio, com as Greves do ABC paulista, de período em que os “operários viviam exilados na fábrica”, Faria, 1986). Essa percepção do autor decorre do fato da forma como o Aparelho de Estado dominado pelos militares, encaravam as questões trabalhistas, ou seja, na concepção do Estado ditatorial aos trabalhadores era negada a possibilidade de participação política e as questões trabalhistas eram tratadas como atividades subversivas da ordem. Daí a importância desses embates localizados no interior da fábrica que, segundo Faria:

Entendo que nessas lutas fabris, por menores que sejam, forja-se a identidade da classe do operariado, seus objetivos, suas experiências, constituem-no enquanto um sujeito coletivo transformador, expressam a oposição ao capital que para se reproduzir procura firmar o seu poder na fábrica coisificando o trabalhador. (Faria, 1986, p.124)

E segue:

As lutas de resistência, embora não explícitas, informais, localizadas, na verdade questionam o fundamento da sociedade capitalista através do questionamento de aspectos parciais da organização da produção. (Faria, 1986, p.124)

Pode-se notar, então que, tanto no trabalho de Filgueiras (1986) bem como no de Faria (1986), aponta no sentido de que existe uma organização embrionária dos trabalhadores anterior às greves de 1978. Portanto não é algo que surge de uma espontaneidade abstrata e sim, uma concretização de um movimento interno da classe operária. Por sua vez, não é apenas extensão, ou consequência desses movimentos. Uma coisa são os pequenos movimentos moleculares nas fábricas e nos bairros durante o período de intensa repressão, outro fenômeno são os movimentos de massa. Há uma relação entre eles, porém, não uma relação de causalidade. A mudança do contexto histórico coloca novos fatores que não estão exclusivamente nos pequenos movimentos, embora sua importância deva ser registrada. Não se pode deixar de registrar que os autores citados realizaram suas pesquisas em Estados da Federação diferentes, Minas Gerais, no caso de Cristina Filgueiras e São Paulo no caso de Hamilton Faria. O que há de comum nos estudos dos pesquisadores citados é fato de terem pesquisado em áreas urbanas e industrializadas.

A razão desse desabrochar da sociedade civil com maior intensidade no final dos anos 1970 tem como elemento catalisador a crise econômica deslançada no início da década, é a chamada “*crise do milagre brasileiro*”, assim denominado em função dos altos índices de crescimento econômico apresentado no hiato de tempo que foi de 1968 a 1973. (Mattos, 2003) Porém, só fator econômico não explicaria esse deslançamento do movimento dos trabalhadores como se pode verificar nos parágrafos anteriores, existe uma organização embrionária na sociedade brasileira para que ela se movesse e forçasse abertura de canais para negociações e participação políticas de setores que viviam no “*exílio das fábricas*” (Faria, 1986) porque esses

canais não existiam conforme nos esclarece Filgueiras (1986) : “*havia um fechamento dos canais de participação política*”. Deve-se lembrar que esse fechamento afetava mais às classes populares. Além do mais tem que se levar em conta o acirramento das críticas à Ditadura Militar que se consubstanciam em movimentos como “Luta pela Anistia”, estudantil, organização das Associações de Bairros etc.

Nesse momento que os altos índices de crescimento econômico entram em queda e com isto a inflação surge de maneira contundente e sendo assim passa a afetar a vida cotidiana dos trabalhadores.

As bases do milagre se assentavam sobre a “recessão controlada” nos anos anteriores, e sobre a capitalização do Estado através do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional. Tal política econômica impulsionava o desenvolvimento, através do investimento em infra-estrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos a baixo custo nas estatais. (Mattos, 2003, p. 56)

Interessante ressaltar que essa crise assinala como a economia nacional estava dependente ao capitalismo internacional, pois é desse período o chamado “choque do Petróleo”, ocasionado pela alta dos preços do barril do referido produto pelos produtores que à época, em 1973 para ser mais preciso, fortaleceram o cartel denominado Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep.⁵ Aliado a isso, a economia internacional, nos países denominados centrais do capitalismo, iniciava-se um fenômeno denominado “estagflação”, ou seja, estagnação econômica aliada a uma inflação descontrolada, na verdade não chegava aos níveis dos países da periferia do sistema que é o caso do Brasil, mas era fator de desestabilização dos mesmos.

É neste contexto que se vislumbra o surgimento do autodenominado “Novo Sindicalismo” e, no caso específico desse trabalho, o engajamento do movimento docente de Minas Gerais no final dos anos 1970.

E os operários vão à greve

Como se chegou a esse grande acontecimento? Esta é uma pergunta de difícil resposta, particularmente para quem até há pouco tempo superestimava a “passividade” e o “baixo nível” organizativo da classe operária. (O Movimento, 1979).

A reflexão apresentada no parágrafo acima em reportagem do jornal *O Movimento* datado em 09 a 15 de abril de 1979, portanto no “calor” dos

⁵ A Opep foi criada em 1960 sob a orientação dos países árabes. Em função de que na guerra árabe-israelense de 1973, os Estados Unidos e a Europa ocidental permaneceram passivos diante da atitude de Israel de não devolver os territórios sírios, jordanianos e egípcios ocupados na Guerra dos Seis Dias (1967) resolveram a elevar o preço do barril de petróleo afetando a economia mundial.

acontecimentos apresenta uma racionalidade à medida que a situação imposta pela Ditadura Militar (repressão e controle) levava a crer que uma greve operária seria quase que uma anomalia, pois os governantes acreditavam no controle total da sociedade civil. Mas na década de 1970 ocorreu um agravamento da exploração da força de trabalho e o empobrecimento relativo dos trabalhadores apesar de uma intensa acumulação de capital (“Milagre brasileiro”).

Esses elementos da conjuntura geram um cosmo cultural propício à mobilização dos trabalhadores e, aquela impressão de imobilidade, na verdade, encobria uma mobilização organizativa no chão das fábricas e, segundo Ricardo Antunes⁶ já existia “*Uma ação sindical embrionária, tímida e não sem a presença de ações contraditórias, iniciava lentamente um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases*”⁷. (Antunes, 1988, p.16).

Outras significativas ações acontecem apontando no sentido de organização dos trabalhadores que procuram romper com modelo sindical imposto pela Ditadura que, como já foi dito, apoiava-se nos interventores e em uma legislação draconiana. Outra medida assumida pelo movimento dos trabalhadores, Antunes (1988), cita o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com a Federação dos Metalúrgicos, dirigido por Ari Campista, um interventor, em 1974. Vale ressaltar que, em 1973, na campanha salarial, os metalúrgicos do ABC reivindicavam 38% de aumento baseados em estudos do Dieese⁸. Importante ressaltar que, os estudos feitos pelo Dieese em 1973 serão fatores detonadores dos movimentos grevistas do final dos anos 1970 no ABC paulista por que aquele órgão havia denunciado fraude no cálculo oficial da inflação daquele ano⁹:

Foi nesse contexto que aflorou a denúncia da fraude salarial de 1973, que lesou 34,1% o salário dos trabalhadores. Era a corroboração daquilo que o sindicato vinha denunciando: a prevalência de uma política salarial que subtraía de todas as formas o salário operário. E a campanha iniciada pelo Sindicato, visando a reposição dos índices de 1973, teve múltipla significação: *primeiro*, trouxe maior ímpeto para que se desse continuidade ao trabalho de mobilização junto às bases operárias, intensificando a campanha de denúncia da precariedade salarial; *segundo*, permitiu a parcelas significativas do operariado metalúrgico a apreensão, ao nível da consciência *contingente*, da superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos

⁶ Citado a partir da obra de Antunes, Ricardo. *Rebelião do trabalho*. São Paulo: Ensaio; Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1988.

⁷ Ricardo Antunes se refere às mobilizações e organizações dos trabalhadores no início dos anos 1970.

⁸ Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

⁹ Como nos lembra Hamilton Faria: “*Em 1973, o governo ‘erra’ fixando o índice de reajuste em 14,9%, quando na verdade fora 22,5%. Em 1977, esse ‘erro’ denunciado pelo Banco Mundial foi um dos fatores que gerou as mobilizações operárias pela reposição salarial*” (Faria, 1986, p.138).

índices; e, *terceiro*, possibilitou, de maneira transparente, mostrar a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado, mostrando os limites dessa trajetória; tanto o patronato quanto o Estado não estavam dispostos a realizar a correção salarial. (Antunes, 1988, p. 18)

Diante a essa situação, isto é, a intransigência em não negociar as perdas salariais por parte dos patrões respaldados pelo Estado, é motor do início das greves de 1978 no ABC paulista, como nos lembra Antunes:

A 12 de maio de 1978 o proletariado da indústria automobilística ressurgia, com vigor e pujança, na cena social: irrompia a greve da Scania. Nas palavras de um militante sindical: “*A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas*”. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira. (Antunes, 1988, p.20)

Analisando o contexto pode-se observar que atitude dos trabalhadores da Scania naquela manhã do dia 12 de maio de 1978 se apresentava espontânea e causou surpresa aos gestores e patrões. Porém, como foi visto anteriormente, a organização dos trabalhadores por local de trabalho era uma realidade desde o início da década de 1970 e a postura do sindicato ao romper com a Federação dos Metalúrgicos em 1974 sinalizava no sentido que o Sindicato e os sindicalistas tomariam outra postura frente aos conflitos trabalhistas, ou melhor, não se postariam como “*bombeiros*” e passaram a encampar a luta dos trabalhadores. Dava-se início aí o maior “*ciclo de greves*” no Brasil pós-64, enfrentando inclusive as leis anti-greves, mesmo porque a greve iniciada na Scania recebe adesão por parte de trabalhadores de outras fábricas: “*Mercedes, a Ford e um conjunto significativo de indústrias metalúrgicas do ABC paulista*”. (Antunes, 1988, p.24)

Diante da situação os patrões recorrem à Justiça do Trabalho:

No bojo desse movimento grevista em propagação, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pela ilegalidade das greves. Nas fábricas, entretanto, o movimento continuava a se expandir. A ação operária desconsiderava a lógica jurídicista dos tribunais. As greves por fábricas generalizavam-se pelo ABC, além de outras cidades como São Paulo, Osasco etc. Houve uma diversidade de formas de greve: desde paralisações totais e prolongadas (como a Ford), até paralisações setoriais e parciais (como a Volks), ou um sem-número de paralisações relâmpagos, de curtíssima duração, (como na Gemmer e na Cima). (Antunes, 1988, p.26).

Ao entrar em conflito com o aparato legal imposto pela Ditadura Militar, os movimentos grevistas espalham pela região do ABC paulista. A partir daí, outros segmentos da classe trabalhadora reivindicarão, também, as perdas salariais apontadas pelo Dieese em função da fraude no cálculo da inflação em

1973. Especialmente, a partir de 1979, ano em que foi palco de outro surto de movimentos grevistas no ABC paulista que se estendem para outros Estados e abrangendo diferentes categorias profissionais.

No intuito de estabelecer como o clima social encontrava na época, serão transcritas duas entrevistas concedidas ao *Jornal dos Bairros (Belo Horizonte)* editado em maio de 1979 pelos sindicalistas, Wagner Benevides (dos Petroleiros) e João Paulo Pires (Metalúrgicos de Monlevade). A pergunta central foi: *O porquê de tanta greve:*

Sentimos que hoje ninguém agüenta mais a alta do custo de vida. De uns tempos pra cá sua alta tem sido crescente. Os reajustes salariais dos trabalhadores não dão para ele sobreviver com dignidade. Ao lado disso, ele vai descobrir que tem alguns direitos de participação social. Ai ele começou a contestar. (Wagner Benevides)

O primeiro fator é a insatisfação. A política adotada pelo governo foi no sentido de aumentar a força do capital facilitando a exploração do trabalho. Por outro lado, o povo cansou de ouvir as frases de efeito do mundo oficial, de promessas não cumpridas e sempre nas oportunidades que o governo teve de falar à nação, ele solicitou do povo sacrifício. (João Paulo)

Pelo depoimento dos sindicalistas que participaram ativamente nos movimentos dos trabalhadores no final dos anos de 1970, podemos observar que apontam para os motivos das greves em dois sentidos: econômico quando se afirma o peso do custo de vida sobre o cotidiano dos trabalhadores, levando-se em conta que é o fim do denominado “Milagre brasileiro” e político, à medida que no depoimento de João Paulo ele entabula críticas à política econômica do governo, que à época, era o General Figueiredo. Aliás, o referido presidente tomou posse, em março de 1979 na sucessão do General Geisel com promessas de abertura política, fato contestado por Wagner Benevides quando em seu depoimento ele denomina de *pseudo-abertura*: “*Este foi o motivo da explosão das greves. Elas são uma questão social. Não foi por causa de nenhuma pseudo-abertura. Chegou no gargalo (sic.), no limite da tolerância*” (Wagner Benevides). Indo do além da crítica formal à postura do presidente empossado, denota-se que o referido sindicalista quer afirmar que os operários, nesse momento, apresentam-se como sujeitos do processo histórico.

Importante ressaltar que as questões do arrocho salariais já eram apontadas, pelos trabalhadores, desde 1978 como o motor dos movimentos grevistas, como nos lembra Antunes:

Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia¹⁰, exprimia um cotidiano

¹⁰ Segundo Marx, mais valia absoluta se constitui quando as horas de trabalho são ampliadas ao máximo e mais valia relativa acontece quando se introduz tecnologia que possibilita diminuição das horas de trabalho, porém ocorre um aumento da produtividade. No caso das indústrias automobilísticas do ABC paulista as duas formas aconteciam;

imerso no mundo da superexploração do trabalho. Aquele segmento que alguns caracterizavam como sendo um pólo privilegiado e beneficiário, na verdade, vivenciava, de forma direta, a intensidade da exploração da força de trabalho ¹¹. (Antunes, 1988, pp. 26/27)

As greves de 1978/79 ao mesmo tempo em que combatem a política econômica do governo militar apresentam indícios que algo de diferente estava acontecendo no Mundo do Trabalho em termos de organização de luta. Os sindicatos, nesse momento histórico, começam a comungar com os trabalhadores das bases, interesses comuns. Procuram, inclusive, estar nas fábricas dando suporte às chamadas *comissões de fábricas*. Ora, essa postura sindical levou àquilo que os analistas do período denominaram de “*Novo Sindicalismo*”.

Inicialmente, em seu estudo pioneiro, a socióloga Maria Hermínia Tavares de Almeida irá apontar que esse fenômeno como se fosse inerente aos setores mais avançados do capitalismo brasileiro, ou seja, as indústrias metalúrgicas. Ela afirma que o avanço das forças produtivas no país entrava em choque com a estrutura sindical vigente, em virtude de que novas temáticas surgem. Diante do fato surge-se um novo sindicalismo. Importante salientar que, Hermínia trabalha com o conceito que esses trabalhadores constituem a elite da classe trabalhadora brasileira, portanto esse “*Novo Sindicalismo*” apresentaria as seguintes características:

Em resumo, pareceria que a ideologia dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao “sindicalismo de negócios” (...) norte-americano: combativo, “apolítico”, solidamente implantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver problemas gerais e específicos de seus representados. (Hermínia *Apud* Sader, 1988, p. 39)

Porém, as mobilizações grevistas e as formas que os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos se organizaram frente à postura política da ditadura colocaram em cheque as proposições acima citadas. Ao contradizerem, na prática, o que a teoria apontava a concepção de “*Novo sindicalismo*” ganha outra conotação como se pode ver em Wilma Mangabeira:

O “novo sindicalismo” surgiu no Brasil no final dos anos 70, após cerca de 15 anos de controle e repressão estatal às organizações de trabalhadores. A criação do movimento refletiu a capacidade dos trabalhadores de aproveitar o recente processo de liberação para exigir um aprofundamento da democratização. As greves de 1978, realizados pelos operários metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, colocavam em questão a própria base do acordo corporativo entre as classes e a

associação da mais valia absoluta com relativa.

¹¹ Torna-se importante apresentar uma citação do então líder sindical Luis Inácio da Silva (Lula): “O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação” (*Apud*. Antunes, 1988, p. 27).

legitimidade das lideranças sindicais burocráticas que dominavam a maioria das organizações de trabalhadores no Brasil, naquela época. Embora o movimento tenha se originado entre trabalhadores dos setores dinâmicos da economia e no estado mais industrializado do país, por volta de meados dos anos 80 o “novo sindicalismo” já se propagara para outros grupos operários e outras regiões. (Mangabeira, 1993, p. 13)

Importante ressaltar que esse denominado “*novo sindicalismo*” advém daquelas lideranças que denominavam *autênticas* por não estarem ligadas aos modelos de organização sindical no pré-64 que eram denominados *populistas* muitos desses ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Quando cito acima o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com a Federação dos Metalúrgicos torna-se claro a postura destes sindicalistas que surgem no bojo das mobilizações do final dos anos 1970. Como nos esclarece Mangabeira:

O novo movimento sindical buscou romper simultaneamente com os procedimentos burocráticos e clientelistas da liderança pós-64 e com as práticas populistas que prevaleciam antes do golpe militar. Contrariamente à liderança populista da década de 1960, a “liderança autêntica” – como se tornaram conhecidos os novos líderes – procurou assentar sua legitimidade na ampliação da representação da base operária no sindicato, bem como na acentuação das questões internas enquanto força motriz da mobilização operária. (Mangabeira, 1994, p. 13).

Além das características apresentadas pela autora na citação acima, ela ressalta que essas novas lideranças não só preocupam com as questões mais gerais no campo da economia, política como também com as problemáticas do cotidiano fabril: “*grau de exploração do trabalho, o despotismo gerencial e as relações discriminatórias e antidemocráticas entre gerentes e trabalhadores*” (Mangabeira, 1994, p. 13).

Continuando dialogando com a autora, ela afirma que essa postura possibilita demarcar a diferença entre liderança burocrática de o passado cujo poder derivava das relações estabelecidas pela mesma com o Estado e com as instituições corporativistas, enquanto que muitos líderes do “novo sindicalismo” surgiram e se forjaram na militância e no ativismo. (Mangabeira, 1994). Sintetizando pode-se dizer que o “novo sindicalismo” aponta no sentido da ruptura negando a continuidade. Dessa maneira, o “novo sindicalismo” estaria negando as tradições político-sindicais do período 1945/1964 e se aproximando mais do sindicalismo brasileiro do início do século, ou seja, 1910/1917¹². Dessa maneira o “novo sindicalismo” estaria na captura de uma

¹² Sugere-se que o auge desse movimento se insere na década de 20 até meados de 30 do século XX. Isto se deve ao fato de que as organizações operárias de tipo sindical não estavam integradas nem subordinadas ao Estado. Poderia se ligar inclusive a partidos políticos, apesar de que, em 1922 fora criado o partido comunista brasileiro que se propunham atuar no interior do movimento operário. E o Partido Comunista Brasileiro procurou se organizar conforme os ditames da III Internacional, definindo as bases de organização conforme “*as vinte e uma condições de admissão na Internacional Comunista e preparados os estatutos – inspirados no PC da Argentina ...*” (Nagle, 2001, p. 59).

postura mais classista.

No intuito de esclarecer o momento histórico vivido pelo sindicalismo brasileiro no final dos 1970 é mister situar o debate sobre a temática na historiografia recente, ou seja, o “novo sindicalismo” representa uma ruptura ou continuidade. Devo esclarecer que esse não é o foco central do meu trabalho, mas como tratarei do movimento dos professores da Rede Pública de Minas e na formação de uma entidade que assume uma postura sindical, a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), fundada em 1979 torna-se esclarecedor situar o debate. Mesmo porque a UTE surgiu a partir de uma mobilização que envolveu quase todo o professorado do Estado de Minas Gerais, e as lideranças que formataram a referida entidade vão se identificar com o “novo sindicalismo”.

Autores como Álvaro Moisés (1982), Hamilton Faria (1986), Wilma Mangabeira (1994) reconhecem que o denominado “novo sindicalismo” aponta no sentido da ruptura com o então denominado “velho sindicalismo” identificado com a burocracia populista do pré-64 e a burocracia sindical imposta pelo golpe de 64 ao movimento sindical brasileiro.

Porém pesquisas desenvolvidas pelo historiador Marcos Santana (1998) aponta no sentido oposto ele acredita que existem mais de continuidade do que ruptura e que, segundo ele, na verdade existe uma disputa na esfera sindical:

Na concorrência no interior da esfera sindical, podemos caracterizar dois blocos: de um lado, os chamados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*, compunham o autodenominado bloco combativo e constituiriam o “novo sindicalismo”, de outro, a *Unidade Sindical* que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados *pelegos*, e os militantes de setores de esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. (Santana, 1998, p. 5).

Ora, seguindo o raciocínio de Santana ao se denominarem como “*autênticos*”, “*combativos*”, “*novos sindicalistas*”, estavam eles demarcando uma ruptura com o passado aliancista e populista praticada pela pareia comunista-trabalhista que marcara a prática sindical pré-64.

Identificado enquanto o representante da esquerda de então, será sobre o PCB que recairá o peso maior das responsabilidades pelo pré-64. Para os grupos de esquerda, alguns deles saídos dos rachos do próprio *Partidão*¹³, este teria cometido erros fundamentais que levaram à derrota dos setores populares naquele período, apresentando desvios *reformistas* e de *colaboração de classe*. Esta seria também uma das

¹³ Denominação de como o Partido Comunista Brasileiro era conhecido.

principais críticas dos setores progressistas da Igreja que apontavam ainda a prática *cupulista* das lideranças do passado, contrariando a proposta deste setor que propunha uma aproximação com as bases. O fato de que o movimento renascia baseado em sindicalistas *puros*¹⁴, verdadeiros trabalhadores, a partir da base, reforçavam as referidas perspectivas. (Santana, 1998, p. 5).

A partir da citação do autor podemos inferir que o mesmo lança dúvidas com relação de estava nascendo um novo sindicalismo que vinha romper com o passado do sindicalismo brasileiro. As declarações dadas por importantes lideranças que se identificavam com a novidade sindical esforçam-se em enfatizar a negatividade com o passado da história sindical brasileiro como no pronunciamento de Olívio Dutra, porta voz do “*novo sindicalismo*” no setor bancário:

A estrutura sindical é um instrumento político, só que a serviço da classe dominante e não daqueles que deveria servir. O sindicato que queremos é aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias. Mas o sindicato legal, institucional, é uma ferramenta da classe dominante. (Dutra Apud Santana, 1998, p. 13)

Porém, as proposições defendidas por essas lideranças, aí incluindo o próprio Lula¹⁵, fazem críticas ao presente e também ao passado procurando com isto, estabelecerem um discurso hegemônico que iria orientar a organização sindical no Brasil. Ao negar o passado pré-64 (1945/1964) que teria sido hegemônico pela aliança comunista-petebista abria-se um espaço para incluir outra possibilidade política no contexto da classe trabalhadora brasileira que emerge das lutas dos trabalhadores no final dos anos 1970. No transcorrer do processo histórico esses militantes do chamado “*novo sindicalismo*” optarão por constituir uma nossa entidade partidária que viria a ser o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Na esteira de sua análise Santana (1998), por intermédio de pesquisas bibliográficas e documentais, aponta que muitas críticas atribuídas ao “velho sindicalismo” não serão superadas pelo “novo sindicalismo”, ele pondera o seguinte:

- Ruptura com o sindicalismo oficial, isto não aconteceu historicamente por que os sindicatos continuaram atrelados ao Ministério do Trabalho e se manteve a taxa compulsória a ser paga pelos trabalhadores, independente de sua filiação, aos sindicatos.
- As chamadas *Oposições Sindicais* combatiam a estrutura sindical quando fora dela, mas não implementavam nenhuma ação de remodelá-la quando ganhavam as eleições.

¹⁴ “Puros” – autodenominação dos sindicalistas que significa o não envolvimento com a política partidária tradicional.

¹⁵ “O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista”. (Lula apud Santana)

- No que diz respeito à aproximação com as bases, o novo sindicalismo que emerge no final dos 1970 não consegue manter sua relação com as mesmas e alguns casos, mantém a prática cupulista.

Mais do que ruptura ou continuidade nesse breve estudo feito por Santana aponta no sentido de que, na verdade existem desafios ao movimento sindical brasileiro que são históricos e que as críticas efetuadas pelos sindicalistas emergentes das lutas do final da década de 1970 e início dos 1980 são pertinentes, mas que não teve continuidade na ação coletiva em função da negação ao passado e no afã de estabelecer um presente “novo”. Esse “novo”, entretanto representou uma disputa política pela hegemonia no interior da classe trabalhadora brasileira.

O “novo sindicalismo”, portanto, trouxe em seus marcos uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificaram com posições progressistas no avanço da luta dos trabalhadores. Ao se identificar com o pólo mais dinâmico da classe em seu movimento, o “novo sindicalismo” deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical – dentre elas aquelas, que naquele momento, associavam pelegos e setores da chamada esquerda tradicional -, ampliando a participação dos trabalhadores em suas entidades na luta por reivindicações, bem como sua intervenção no quadro político geral. (Santana, 1998, p.20/21)

E mais:

A classe em movimento teve no “novo sindicalismo” um importante canal, lhe servindo como elemento vocalizador e fomentador de suas demandas, como outros haviam sido anteriormente. Da mesma maneira, o “novo sindicalismo” teve de enfrentar, e ainda enfrenta, as dificuldades que já historicamente colocam desafios para a experiência política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Talvez, a ênfase extremada em sua novidade, tenha lhe impedido de colocar tais dificuldades. (Santana, 1998, p.21)

Considerações finais

Nesse clima sócio-político e econômico do final dos anos de 1970 impregnados pelas questões trabalhistas que vamos assistir a mobilização dos professores da Rede Pública de Minas Gerais que permitirá o surgimento de uma entidade nova: *União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais-UTE*. Em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo*, do dia 21 de junho de 1979, para os jornalistas Eurípides Alcântara e Juarez Guimarães, o professor Luiz Dulci, principal liderança do professorado que emergiu do movimento grevista em Minas Gerais gerando essa nova entidade explicou as razões para o surgimento da mesma:

Em primeiro lugar, essa greve foi a maior que o magistério mineiro

já fez até hoje. Ela tinha 421 cidades do Estado, e 90 por cento no mínimo do professorado mineiro. Nós consideramos que do ponto de vista da organização da classe (sic.) seria uma coisa incorreta que desse movimento grevista não saísse uma forma organizativa que envolvesse todo o magistério e que mantivesse os critérios democráticos que tivemos de organização pelas bases, de regionais na capital e no interior, com assembléias permanentes, voto individual, decisão majoritária, etc. Nós avaliamos as hipóteses para que isto se tornasse realidade. A primeira delas era a de passar o movimento por dentro da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais¹⁶, conquistar a Associação. Mas, o fato é que do ponto de vista estatutário, a Associação dos Professores tem tantos vícios e condições de manobra interna que tornou praticamente impossível que nós lançássemos uma chapa já que os critérios de inscrição são os mais esdrúxulos e a impugnação muito fácil. Considerando o risco de cairmos numa querela jurídica menor com a Associação e também que ela não tem representatividade nenhuma nós chegamos à conclusão que o melhor seria fundar uma Associação a partir da mobilização do movimento.

Como se pode notar no depoimento do professor Luiz Dulci muitos dos elementos de concepção de sindicato propostos pelo “*novo sindicalismo*” estão presentes: a preocupação da ligação com as bases, democratização das relações no espaço da associação e a idéia de representatividade real a partir do movimento. Se existiam todos esses elementos e a conjuntura era favorável, porque não criar um sindicato? Não se pode esquecer que o país ainda estava sendo regido pelas leis da Ditadura Militar e, por elas, os servidores públicos estavam proibidos de terem sindicatos. Os professores eram servidores públicos exercendo seu trabalho na Educação, portanto a saída estratégica era criar uma associação e o que foi feito. Novamente Dulci nos explica como foi feito no depoimento ao jornal *Em Tempo* citado acima:

Nós vamos realizar isso da seguinte forma: nós vamos manter em funcionamento, seja na capital ou no interior, as regionais que nós criamos, as organizações de base que nós criamos. Vamos continuar também com as reuniões do Comando Geral de Greve de todo o Estado, sendo que a próxima vai ser no dia 30 de junho. E, além disso marcamos o Congresso de Fundação da nova entidade para os dias 21 e 22 de julho. É uma Associação que pretende ser uma União dos Trabalhadores do Ensino em Minas, sem distinção, sejam eles professores, serventários ou serventes. Ela teria condições de nascer agora com mais de 300 núcleos de cidades no Estado. Os professores do interior estão mobilizados e

¹⁶ “A Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais iniciou suas atividades em 27 de agosto de 1931, tendo como objetivo sanar o ‘desamparo material e moral’ das professoras daquele estado. Desde o início a iniciativa teve grande apoio do poder público, sendo que o Inspetor Geral da Instrução Pública, Carlos de Campo, discursou na cerimônia de posse da primeira diretoria.”, (Lugli, 2003, p. 234)

nós devemos, com a criação dessa entidade, não só contribuir para que o movimento popular em Minas desenvolva muito, mas também garantir ao professorado mineiro uma estrutura legal de atuação que permita que os saldos organizativos do movimento não se percam por dificuldades materiais e de aglutinação.

Portanto, quando da criação da UTE é o momento instituinte, o movimento grevista dos professores da Rede Pública de Minas Gerais de 1979, tornando-se instituído. Essa entidade que emerge dessa mobilização vem propor ao conjunto dos trabalhadores de ensino um novo posicionamento frente ao Estado. Não mais um apêndice do mesmo, mas como vendedores de força de trabalho que reivindicam seus direitos. Assim sendo o movimento gerador da greve de 1979 propõe estabelecer um novo perfil identitário para a categoria, como nos esclarece o professor Luiz Dulci:

Nós recorremos, tanto na capital quanto no interior, a concentrações públicas, passeatas, vigílias, visitas a casas de pais de alunos, usamos a caravana que foi a Brasília, fizemos missas no interior voltadas para a questão da justiça implícita no movimento grevista. Também utilizamos manifestos, telegramas e abaixo-assinados e até passeatas exclusivamente para pressionar deputados. (Dulci, 1979, p. 3)

Diante das características apresentadas pelo movimento docente iniciado durante o ano de 1979 em Minas Gerais nos leva a concluir que o mesmo se engajará no contexto sindical do “Novo Sindicalismo”. Esse “Novo Sindicalismo” desemboca na criação do Partido dos Trabalhadores bem como, posteriormente nos meados da década de 1980, participa da criação da Central Única dos Trabalhadores.

Lista de referência

- Antunes, R. (1988). *Rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio, Campinas (SP): Editora da Unicamp.
- Antunes, R. (1995). *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Pontes.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Bobbio, N. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Faria, H. J. B. (1986). *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978)*. São Paulo: PUC/SP. (Dissertação de Mestrado).
- Filgueiras, C. A. C. (1986). *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres no Bairro Industrial*. Belo Horizonte: FAE/UFMG. (Dissertação de Mestrado).
- Almeidas, M. H. T. de (1983). *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. In: Sorj, B. & Almeida, M. H. T. de (orgs.) *Isso Sociedade e*

- Política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense.
- Hernandez, I. (1979). *Memória operária*. Belo Horizonte: Ed. Vega.
- Mangabeira, W. (1993). *Os dilemas do Novo Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs.
- Mattos, M. B. (1998). *Novos e velhos sindicalismos: (1955-1985)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
- Moisés, J. Á. (1982). *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nagle, J. (2001). *Educação e sociedade na Primeira República*. 2º ed. Rio de Janeiro: D&PA.
- Nogueira, M. A. (2005). *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santana, M. A. (27 a 31 de outubro de 1998). *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. In: Anais do XII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu.

Jornais:

- Jornal Dos Bairros - *Apoio da comunidade* – 28/05/1979.
- Jornal “O Movimento” – 9 a 15 de abril de 1979 – *O fim do longo silêncio*.
- Jornal “O Movimento” - de 26 de junho de 1979.
- Jornal “Em Tempo” – 21 de junho de 1979 – *Entrevista concedida pelo Professor Luiz Soares Dulci aos repórteres Eurípedes Alcântara e Juarez Guimarães*.

Referencia:

Wellington de Oliveira, “O movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos 1970: um engajamento no “Novo Sindicalismo”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde*, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp 189-204.

Se autoriza la reproducción del artículo, para fines no comerciales, citando la fuente y los créditos de los autores.
